



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS**

PLANO de ENSINO – 2023/1

Campus: Goiabeiras Curso: CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Noturno)

Departamento Responsável: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Data de Aprovação (Art. 91 do Regimento Geral): dd/mmm/2023

Docente Responsável: Geraldo Antonio Moreira de Oliveira – geraldo.oliveira@ufes.br

Qualificação/Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5617721025453983>

Disciplina: PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO Código: CON06337

Pré-requisitos: CON03741 Contabilidade Introdutória II e CON06336 Legislação Tributária

Carga Horária Semestral: 60 horas/aula – Créditos: 04

Distribuição da Carga Horária Semestral: Teoria [60] Exercício [00] Laboratório [00]

1. EMENTA

Sistema Tributário Nacional. Conceituação, apuração e contabilização (reconhecimento, mensuração e evidenciação) dos principais tributos e contribuições sobre a produção, circulação, renda e patrimônio das pessoas jurídicas. Escrituração fiscal, obrigações acessórias e tópicos especiais.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Revisar os conhecimentos básicos e introdutórios sobre o Sistema Tributário Nacional. Conhecer os elementos fundamentais e o mecanismo de apuração dos principais tributos e contribuições das pessoas jurídicas e suas respectivas obrigações acessórias. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos tributários, além dos reflexos nas demonstrações contábeis.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão e avaliação diagnóstica

3.1 Sistema Tributário Nacional: Legislação Tributária. Espécies de tributos. Contribuições sociais. Tributos federais, estaduais e municipais. Princípios constitucionais tributários. Elementos fundamentais do tributo. Imunidade, Não incidência e Isenção tributária. [Referências: 6.2 e 6.3]

3.2 Classificação dos Tributos e Contribuições: Tributos Diretos e Indiretos. Tributos e contribuições “por dentro” e “por fora”. Outras classificações de tributos e contribuições. [Referências: 6.18]

3.3 Princípio da Não Cumulatividade: Conceito doutrinário e constitucional. Cálculos e exemplos práticos. [Referências: 6.20]

Tributos e contribuições sobre a produção e circulação

3.4 IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados: Aspectos gerais. Fato Gerador. Contribuintes. Conceito de industrialização. Base de Cálculo. Alíquotas. Período de apuração. Crédito do IPI. Metodologia de apuração. Obrigações Acessórias Gerais. Contabilização. [Referências: 6.14]

3.5 ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação: Conceitos gerais. Fato Gerador. Contribuintes. Base de Cálculo. Alíquotas. Período de apuração. Crédito do ICMS. Metodologia de apuração. Diferencial de alíquota. Obrigações Acessórias Gerais. Contabilização. [Referências: 6.6 e 6.16]

3.5.1 Regras para apropriação de Crédito: Aquisição de Bens para o Ativo. Serviços de Comunicação. Consumo de Energia Elétrica. Compensação de Créditos. [Referências: 6.6]

3.6 PIS Programa de Integração Social e COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social: Conceitos gerais. Contribuintes. Base de Cálculo. Não cumulatividade. Alíquotas. Período de apuração. Metodologia de apuração. Obrigações Acessórias Gerais. Contabilização. [Referências: 6.8 e 6.11]

3.7 ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: Conceito geral. Fato Gerador. Contribuintes. Base de Cálculo. Alíquotas. Período de apuração. Local da prestação do serviço. Metodologia de apuração. Isenção e retenção. Obrigações Acessórias Gerais. Contabilização. [Referências: 6.7 e 6.21]

Tributos e contribuições sobre a renda

3.8 IRPJ – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas: Fato Gerador. Base de Cálculo: Lucro Real, Presumido e Arbitrado. Contribuinte. Período de apuração. Ano-calendário. Exercício Social. Metodologia de apuração. Obrigações Acessórias Gerais. Contabilização. [Referências: 6.4, 6.5, 6.12 e 6.13]

3.9 CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Conceitos gerais. Contribuintes. Fato Gerador. Base de Cálculo. Alíquotas. Período de apuração. Metodologia de apuração. Obrigações Acessórias Gerais. Contabilização. [Referências: 6.9]

3.10 SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte: Conceito geral. Leis Complementares. Resoluções do Comitê Gestor. Enquadramento ME e EPP. Vedações para enquadramento: gerais e relacionadas com a atividade. Tributos abrangidos. Ingresso e exclusão. Alíquotas. Metodologia de apuração. Obrigações Acessórias Gerais. Contabilização. [Referências: 6.10]

4. METODOLOGIA

4.1 Aulas interativas com análise, debate, esclarecimentos e conclusões, através da apresentação de painéis por parte de grupos de alunos. Elaboração de resumos de textos e exercícios de fixação, individuais e em grupo. Estudos de casos.

4.2 Utilização da infra-estrutura e dos equipamentos disponíveis no CCJE, particularmente: projetores, laboratório e quadro branco com marcador.

4.3 Antes das aulas os alunos devem ler os materiais recomendados nas referências dos respectivos tópicos dos conteúdos programáticos, além de outros que podem ser pesquisados.

4.4 Os alunos com deficiência visual e/ou auditiva devem comunicar essa situação diretamente ao professor, objetivando a viabilização de alternativas tecnológicas compatíveis e adequadas ao acompanhamento regular das atividades da disciplina.

4.5 Os materiais relacionados com os conteúdos programáticos (exercícios, textos, bibliografia, artigos, vídeos, resenhas etc), além do calendário, serão disponibilizados na página da disciplina na Plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA (www.ava.ufes.br), e, os discentes devem se increver com o código disponibilizado pelo professor.

5. CRITÉRIOS e PROCESSO de AVALIAÇÃO da APRENDIZAGEM

5.1 O cômputo da frequência será de acordo com as disposições do Regimento Interno da UFES.

5.2 Estão dispensados da frequência aqueles alunos já reprovados por nota na disciplina em semestres letivos anteriores, esclarecendo que a dispensa não alcança as atividades avaliativas previstas no item 5.5 nas mesmas datas previstas para os demais alunos.

5.3 As médias e as notas parciais serão atribuídas conforme fórmula e pesos abaixo:

$$\text{MP} = (\text{PP1} + \text{PP2})/2 \quad e \quad \text{MF} = (\text{MP} + \text{PF}) / 2$$

MP Média Parcial

PP1 Prova Parcial com avaliação de 0 (zero) a 10(dez)

PP2 Prova Parcial com avaliação de 0 (zero) a 10 (dez)

PF Prova Final com avaliação de 0 (zero) a 10 (dez)

MF Média Final

5.4 As provas substitutivas, por motivo legal ou a critério do professor, serão aplicadas em datas a serem definidas.

5.5 Os trabalhos acadêmicos devem ser elaborados observando-se as normas técnicas aplicáveis (ABNT), as quais serão verificadas pelo professor quando da avaliação.

6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

6.1 ANDRADE Filho, Edma Oliveira. Planejamento tributário. 2^a Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

6.2 BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei nº 5.172/1966. Artigos 96-100.

6.3 _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05/10/1988. Artigos 145-156.

- 6.4 _____. Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.981/1995, que altera a legislação tributária federal. Lei nº 9.065 de 20/06/1995. Artigos 25-55 e 57-59.
- 6.5 _____. Dispõe sobre a determinação e o pagamento do IR e da CSLL sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (DOU de 16/03/2017, Seção 1, p. 23). Artigos 2º-7º, 26-50, 54.67, 203-208, 214-216 e 226-228.
- 6.6 _____. Dispõe sobre o ICMS e dá outras providências. Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996. Artigos 1º-4º, 12-13 e 17-26.
- 6.7 _____. Dispõe sobre o ISSQN e dá outras providências. Lei Complementar nº 116 de 31 de julho de 2003 (DOU de 01/08/2003).
- 6.8 _____. Institui a contribuição para o financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. Lei Complementar nº 70 de 30/12/1991.
- 6.9 _____. Institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências. Lei nº 7.689 de 15/12/1988.
- 6.10 _____. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006. Artigos 3º, 12-14, 17-18, 21-23 e 25-32.
- 6.11 _____. Institui o Programa de Integração Social e dá outras providências. Lei Complementar nº 7 de 07/09/1970.
- 6.12 _____. Lei das Sociedades por Ações. Lei nº 6.404 de 15/12/1976.
- 6.13 _____. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a recadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Decreto nº 9.580/2018 de 22 de novembro de 2018 (DOU de 23/11/2018). Artigos 158-161, 178-184, 210, 217-222, 225-229, 257-261, 579-581, 587-592, 595-599 e 602-609.
- 6.14 _____. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Decreto nº 7.212/2010 de 15 de junho de 2020 (DOU de 16/06/2010 e 25/06/2010). Artigos 1º-30, 35-39, 50-54, 177-180, 189-199, 225-235, 251-267, 382-394, 542-545.
- 6.15 CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- 6.16 ESPÍRITO SANTO. **Regulamento do ICMS**. Decreto nº 1.090-N, de 25/10/2002 (DOE de 25/10/2002).
- 6.17 GRECO, Marcos Aurélio. **Planejamento tributário**. 3ª Ed. São Paulo: Dialética, 2011.
- 6.18 RIOS, Geraldo Barros. **Diferenças entre imposto por dentro e por fora**. Salvador, Faculdade de Direito da Bahia, 2003, p. 5-7.
- 6.19 SHOLES, M. Wolfson, M., Erickson, M., Maydew, E. Shevlin, T. **Taxes and business strategy: a planning approach**. Prentice Hall, 2009, FourthEdition.
- 6.20 SOUZA, José Bonifácio de. **O princípio da não-cumulatividade**. 2004, 7 p. Disponível em <<https://cursoaprovacao.com.br/aulas/>>. Acesso em 12 abr. 2011.
- 6.21 VITÓRIA. **Altera e legislação do ISSQN**. Lei nº 6.075/2003 de 30/12/2003.

7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 7.1 FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- 7.2 OLIVEIRA, Luiz Carlos Martins de [et al.]. **Manual de contabilidade tributária**. 14ª

ed. São Paulo: Atlas, 2015.

7.3 TORRES, R. L. **Normas de interpretação e integração do direito tributário**. 4^a Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

8. CRONOGRAMA

Data	Conteúdo	CH
	Levantamento de Expectativas. Avaliação Diagnóstica. Apresentação do Plano de Ensino.	04
3.1	Sistema Tributário Nacional	02
3.2	Classificação dos Tributos	02
3.3	Princípio da Não Cumulatividade	
3.4	IPI Imposto sobre Produtos Industrializados	06
3.5	ICMS Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias [...] e de Comunicação	08
3.6	PIS Programa de Integração Social	06
Primeira Prova Parcial		02
3.6	COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	04
3.7	ISSQN Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	04
3.8	IRPJ Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas	08
3.9	CSLL Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	04
3.10	SIMPLES Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	08
Segunda Prova Parcial		02
	Correção da segunda prova parcial. Divulgação das médias parciais. Orientações sobre a prova final.	02
Prova Final		